

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.867 - AM (2019/0117040-4)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**RECORRENTE : JOSELITO PESSOA ANSELMO (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por JOSELITO PESSOA ANSELMO, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**.

Depreende-se dos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada pela prática, **em tese**, dos delitos de homicídios qualificados nas modalidades consumada e tentada (por duas vezes), tipificados no art. 121, § 2º, inciso IV e no art. 121, § 2º, inciso IV c/c. o art. 14 inciso II, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente. A em. desembargadora relatora indeferiu liminarmente o pedido, em razão da deficiência na instrução do feito, nos termos da r. decisão de fls. 103-110.

Do indeferimento liminar, a defesa opôs embargos de declaração, rejeitados em r. decisão monocrática, às fls. 122-132.

A defesa interpôs, então, agravo interno, que foi desprovido à unanimidade pelo eg. Tribunal de origem, em v. acórdão assim ementado:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU, IN LIMINE, A ORDEM DE HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ - CONSTITUÍDA. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOCUMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR AS ALEGAÇÕES. RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO, DE*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**OFÍCIO, DA ORDEM. INEXISTÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE, DEVIDAMENTE, COMPROVADA. FUNDAMENTOS DO AGRAVO INTERNO INCAPAZES DE ALTERAR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.** 1. *A natureza urgente da Ação Constitucional de Habeas Corpus não comporta dilação probatória e, por via de consequência, exige prova pré-constituída das suas alegações, que devem subsidiar, de pronto, a pretensão aduzida. Precedentes.* 2. *Da detida análise do caderno processual, depreende-se que a Defensoria Pública, nos Autos da Ação Constitucional, não promoveu a juntada de quaisquer documentos que possibilitassem a apreciação de suas afirmações.* 3. *De igual sorte, por não haver qualquer comprovação do ajuizamento dos pedidos de relaxamento da prisão e, ainda, de revogação da prisão preventiva, perante o douto Juízo de origem, configura-se a possibilidade de ocorrência da supressão de instância, uma vez que este Órgão Julgador não pode conhecer, diretamente, de pedidos, em tese, não apreciados pela Autoridade, dita, Coatora. Precedentes.* 4. *Noutro giro, muito embora seja possível de concessão de ordem, de ofício, para preservar a utilidade e eficácia do writ, que, inegavelmente, é o meio mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão que se considera ameaçado por ato ilegal ou por abuso de poder, nos termos do § 2.º, do art. 654, da Lei Adjetiva Penal, esta somente é admitida diante de flagrante ilegalidade na segregação do, ora, Agravante.* 5. *Entretanto, no caso sub examine, não há a demonstração de patente ilegalidade a ensejar a concessão, de ofício, da ordem vindicada, para relaxar a segregação cautelar do, ora, Recorrente, por excesso de prazo, tampouco, revogar a sua prisão preventiva, em razão do não preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.* 6. *Dessa feita, conclui-se que permanecem incólumes as razões que lastrearam o indeferimento, in limine, do Habeas Corpus, impetrado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas, nos moldes da decisão monocrática guerreada.* 7. *Agravo Interno conhecido e não provido, em dissonância com o parecer ministerial."* (fls. 217-218, grifei).

**Daí o presente recurso ordinário**, no qual alega o recorrente que estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou sua segregação cautelar. Pondera, neste sentido, que a prisão cautelar foi decretada pela gravidade em abstrato da conduta supostamente praticada, bem como que possuiria

# Superior Tribunal de Justiça

condições pessoais favoráveis.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva, sem prejuízo da aplicação de medidas cautelares diversas, dentre aquelas previstas no art. 319 do código de Processo Penal..

A liminar foi indeferida às fls. 284-285.

As informações foram prestadas às fls. 295-298.

O Ministério Público Federal, às fls. 301-306, manifestou-se pelo **desproimento**, do recurso em parecer ementado nos seguintes termos:

*"HOMICÍDIO QUALIFICADO – PREVENTIVA – ORDEM PÚBLICA – EXCESSO DE PRAZO – DESPROVIMENTO."* (fl. 301).

É o relatório.

**Decido.**

O recurso ordinário está **prejudicado**.

Isto porque, em consulta ao sítio eletrônico do eg. Tribunal de origem, verifica-se que em 15/07/2019, sobreveio sentença de pronúncia em desfavor do ora recorrente, na qual a prisão preventiva foi revogada mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, **in verbis**:

*"Relação: 0183/2019 Teor do ato: Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido constante da denúncia formulada pelo Ministério Público para, nos termos do art. 413 do CPP, PRONUNCIAR o acusado Joselito Pessoa Anselmo como incurso nas penas do art. 121, §2º, IV (traição), CPB, praticados em face de Edizandro Santos Louzada e Grasiano Monteiro Negreiros; e no art. 121, §2º, IV (traição), c/c art. 14, II, CPB, tendo como vítimas Ludernilson Lima de Paula e Robson Almeida Rodrigues. Em relação ao encerramento da instrução criminal (art. 413, §3º, CPP), verifica-se a insubsistência dos requisitos do art. 312 do CPP quanto à prisão do réu. Trata-se de acusado primário e que colaborou com a instrução processual, não havendo elementos nos autos que indique a intenção do mesmo de furtar-se à aplicação da lei penal ou mesmo de risco à ordem pública. O art. 316 do CPP dispõe que 'o juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem'. Por outro lado, também reza que, para assegurar o resultado útil do processo, as medidas cautelares do art. 319 do CPP poderão ser impostas ao acusado, desde que se mostre, necessárias e adequadas. No caso, as medidas cautelares diversas da prisão são suficientes para garantir o resultado útil do processo. Ante o exposto, ausentes os requisitos do art. 312 do CPP, REVOGO a prisão preventiva do acusado Joselito Pessoa Anselmo, ao passo que lhe aplico as medidas cautelares inscritas no art. 319, I, III, IV, V e VI (suspensão de função pública), CPP. " (grifei).*

Dessarte, forçoso reconhecer a prejudicialidade do recurso ordinário, tendo em vista **a perda superveniente de seu objeto.**

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XI, do RISTJ, julgo **prejudicado** o presente recurso ordinário.

P. e I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo  
(Desembargador Convocado do TJ/PE)

Relator